

A Cultura da Paz e Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas

The Culture of Peace Support Operations and the United Nations Peace

Tiago Pedro Vales*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 [p. 3 a 11]

Introdução

A cultura da paz esteve em discussão durante todo o século XX. Contudo, é a partir da segunda metade do século, principalmente na década de 1990, que a cultura de paz começou a ganhar *status* de norma e reconhecimento internacional como Programa de Ação. Isso aconteceu formalmente em 1999 quando a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a resolução A/53/243, conhecida como Declaração e Programa de Ação para a Cultura da Paz.

Este trabalho busca verificar as implicações deste Programa nas operações de apoio à paz (OAP) que estavam em curso na ocasião da aprovação da Declaração e Plano sobre a Cultura da Paz, e tiveram seus mandatos renovados nos anos seguintes. Com isso, busca-se entender se normas e ideias compartilhadas no sistema internacional, (no caso, a Assembleia Geral da ONU), exercem influências imediatas na condução de políticas próprias de outras instâncias da mesma organização, como é o caso das OAP. Busca-se também, fazendo uso de análises teóricas, responder se os elementos da cultura da paz constituem somente um discurso pouco aproveitado no sistema internacional.

Para tanto, organizou-se o texto em três partes. Na primeira parte, busca-se entender em quais medidas autores defensores da cultura da paz fundamentam suas ideias. Assim, recorre-se a alguns pressupostos construtivistas. A mesma corrente teórica serve a outro propósito. Ao apresentar as aproximações do construtivismo com a cultura de paz, esses mesmos pressupostos acabam por fornecer bases para uma reflexão sobre a assimilação ou não da cultura da paz nas OAP.

A segunda parte é dedicada à exposição do Programa tal como foi aprovado pela ONU. Considera-se que esta exposição é relevante à medida que fornece os conceitos e ideias a serem verificados nos mandatos das OAP. Apresenta-se um resumo do Programa suficiente para fornecer as bases das análises.

A terceira e última parte traz os resultados da análise dos mandatos das OAP em busca de associações destes com a cultura da paz. A escolha dos mandatos como objeto de análise deve-se a duas constatações. Primeiramente porque as OAP constituem uma ferramenta política mundial (Martin, 2010: 12) e por isso devem, ao menos teoricamente, estar de acordo com os entendimentos da ONU. Depois, por ser uma atividade que oferece uma resposta central às questões de conflitos e ameaças à paz internacional envolvendo decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas e que tem aumentado em frequência nas últimas décadas (Bigatão, 2007).

* Mestre em História e Cultura Política pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Especialização em Estudos da Paz e da Segurança pela Universidade de Coimbra, Portugal. (tpvales@gmail.com)

As OAP são designadas para atender a problemas contingenciais que obstaculizam a implantação dos princípios da ONU (Bigatão, 2007). A partir do fim dos anos 80, concordando com Andrade (2005: 686), as OAP incluem a assistência humanitária entre suas tarefas, o que as liga também à construção da paz, ou seja, ao modelo que inclui, segundo Boutros-Ghali (1992), sustentar as condições de paz e encorajar “as partes em conflito em voltarem seus esforços para a reconstrução pacífica de suas sociedades”, no qual se incluem a promoção de uma cultura de paz.

A construção de um modelo pacífico de promoção da paz

A justificativa da cultura da paz aproxima-se do construtivismo quando se examina as condições da gestação desta ideia. De acordo com Pureza (2001: 10) cultura de paz vem de uma orientação voltada para a transformação do sistema. Pureza (2001: 13) completa o raciocínio citando John Galtung evidenciando uma construção voltada à mudança de paradigma: “cultura da paz aparece como englobando aspectos da cultura que servem para justificar ou legitimar a paz direta ou estrutural” em oposição aos mesmos componentes que estabeleceram a violência estrutural¹. Para além da formação do conceito que vem de uma construção, a própria concepção de cultura da paz pretende patrocinar a edificação de um novo senso comum que, aplicado em âmbito local, implica na condução da política internacional.

A construção da nova mentalidade para influenciar questões de paz, segurança e política internacional se aproxima da concepção construtivista de que, como aponta Tolossa ao citar Alexander Wendt, a realidade é socialmente construída em um processo de interação ao mesmo tempo em que as identidades e interesses dos atores são formados de acordo com ideias compartilhadas. “Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que também é constituída por esses atores” (Tolossa, 2004: 17). Ao que parece, defensores da cultura da paz querem atingir o sistema internacional partindo da mudança de ações locais. Como apontam Duarte e Freire (2009: 23), a cultura da paz terá de ser articulada com valores e tradições de cada sociedade para que floresça. Parecem ter adotado, então, a ideia construtivista de que mudanças são possíveis a partir de um novo entendimento social.

Ressalta-se que a visão construtivista não dispõe de um pensamento voltado exclusivamente para a construção da paz mundial, tampouco oferece uma visão uníssona entre seus pensadores (Vinha, 2009: 6). Contudo, de acordo com Richmond (2008: 81) os construtivistas apresentam denominadores comuns como a relação agente-estrutura, a importância e papel das normas, da cultura e instituições e valorizam a presença e o papel das ideias nas relações internacionais.

Esses aspectos sustentam as intenções do Programa enquanto este evidencia a transformação de mentalidades através da consolidação de novas ideias e valoriza os processos e mecanismos de disseminação de informações e valores como a educação e liberdade de expressão. Este aspecto fica bem ilustrado no preâmbulo da UNESCO, uma das patrocinadoras da cultura da paz: “Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas” (UNESCO, 1945). Assim, como define Mesa (2001: 106), “o desenvolvimento de uma cultura de paz deverá conduzir um esforço para combater, superar, eliminar aquilo que a tradição e o subconsciente contribuem para perpetuar e legitimar uma cultura de violência”.

Construtivistas consideram o Estado como o ator central das relações internacionais e defendem que há uma interação entre os níveis (Fierke, 2010: 180). Isso significa que a política internacional é um produto das relações sociais dadas a nível interno, pois “como seres sociais, os indivíduos ou Estados não podem ser separados de um contexto de significados normativos que formatam quem eles são e as possibilidades disponíveis a eles” (*ibid.*).

¹ Violência indireta, derivada da estrutura social. Refere-se ao comportamento humano em resposta a um ambiente social que os impede de ter acesso a condições básicas para a paz, como justiça, emprego, renda, entre outros. (Izzo, 2008)

Deste modo, justifica-se a opinião de que aquilo que é construído internamente tem implicações diretas no âmbito internacional, precisamente as intenções da cultura da paz.

A cultura da paz é um conceito que vem evoluindo desde a noção da paz negativa, passando pela ideia kantiana da paz perpétua, considerando a criação de instituições para assegurar a paz, como a Liga das Nações e a própria ONU e, por fim, as características multidimensionais da segurança do período pós-Guerra Fria (Izzo, 2008).

A Declaração e Programa de Ação sobre a Cultura da Paz: por onde começar a promoção da cultura da paz?

Em 1999, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração e Programa de Ação sobre a Cultura da Paz. Logo de início, o documento define a cultura da paz como “um conjunto de valores, atitudes, tradições e modos de comportamento e de vida” (ONU, 1999).

Há duas partes. A primeira, a Declaração (A/53/243a), descreve brevemente as bases para a existência da cultura de paz com destaque para as questões locais e individuais que, por sua vez, se ligam a assuntos internacionais.

A segunda, o Programa de Ação (A/53/243b), traz informações acerca promoção da cultura da paz. Não estipula metas claras e tampouco assinala diretamente os atores envolvidos na promoção da cultura da paz, para além da ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O mais importante de ambos os documentos são as oito categorias que servem de guia para políticas de promoção da cultura da paz. A novidade é o *status* jurídico que passaram a gozar quando este Programa foi unanimemente aprovado pelos Estados-membros da ONU, evidenciando a necessidade de uma convergência das políticas a favor da promoção da cultura da paz.

Tendo o Programa como referência, apresentam-se as categorias na seguinte ordem:

1. Educação: sugere que as atividades em curso das subdivisões da ONU se voltem para capacitar e educar, incentivando a prevenção de conflitos, gestão de crises e negociações para a paz.
2. Desenvolvimento socioeconômico sustentável: valoriza a participação e reintegração da população envolvida em conflitos e a construção de um desenvolvimento sustentável. Menciona também a extinção da pobreza e das desigualdades econômicas.
3. Direitos Humanos: Reitera a promoção dos Direitos Humanos (DH) em alusão aos documentos da ONU, como a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
4. Igualdade de gênero: Permeia várias das categorias e evoca como base a Plataforma de Ação de Pequim (1995). Valoriza a participação igualitária dos gêneros nos processos decisórios e a integração desta perspectiva aos instrumentos internacionais.
5. Participação democrática: reitera a importância de atividades que promovam práticas democráticas e reconhece o crime organizado, o tráfico de drogas, a corrupção e o terrorismo como ameaças à democracia.
6. Compreensão, tolerância e solidariedade: Apoiava iniciativas locais de promoção da tolerância e entendimento. Adota as medidas expostas na Declaração de Princípios sobre a Tolerância e o Programa de Ação de Consequência do Ano das ONU para a Tolerância (1995).
7. Livre circulação de informações e conhecimento: Incentiva a livre comunicação social em função do acesso aos processos de tomada de decisão e disseminação dos valores.
8. Paz e segurança internacional: Liga as atividades locais a iniciativas no âmbito internacional. Incentiva medidas que promovam confiança mútua, valoriza a aplicação do direito internacional.

O Programa expõe ainda as instituições internacionais, prevalentemente a ONU e a UNESCO como fatores essenciais ao cumprimento do objetivo proposto. Neste caso, há uma corresponsabilidade do sistema ONU em voltar-se, considerando as possibilidades, à construção da cultura de paz. De modo a verificar se esta ideia de cultura de paz está presente ou passou a constar nas subdivisões da ONU, expõem-se impressões resultantes da análise dos mandatos de algumas OAP.

Aplicações em OAP: a Declaração e Programa implicaram nos mandatos em curso?

Ao analisar os mandatos das onze OAP que se iniciaram antes da aprovação do Programa de Ação para Cultura da Paz (1999) e que depois foram renovadas, percebe-se que alguns aspectos relacionados à cultura da paz já estavam presentes antes da aprovação do citado documento. Outras não apresentaram desde seu início elementos que reforçam diretamente a promoção da cultura da paz de acordo com o Programa de Ação.

As OAP que correspondem a este último são a *United Nations Iraq–Kuwait Observation Mission* (UNIKOM), *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan* (UNMOGIP), *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) e *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus* (UNFICYP) (SC, 1948a; 1948b; 1991; 1974). Vale ressaltar que tais OAP correspondem ao que Pureza (2007: 1) classifica como primeira geração de OAP, ou seja, seguem um mandato que não permite o emprego do uso da força e, mais importante, restringem-se em ser apenas uma “interposição entre os contendores”. Basicamente, as OAP citadas dedicam-se ao monitoramento de cessar-fogos entre os beligerantes. No entanto, cabe ressaltar que entre as funções da UNTSO, ainda em vigor, uma de suas tarefas é justamente dar suporte a outras OAP implementadas na região, tais como a *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNFIL) e *United Nations Disengagement Observer Force* (UNDOF) que, por sua vez, têm mandatos mais completos no sentido de desenvolvimento de funções humanitárias (SC, 1974; 1978; 2006).

Entre os elementos ligados à cultura da paz que aparecem nos mandatos das OAP antes da aprovação do Programa, a defesa e/ou promoção dos DH é bastante frequente. Consta como função direta das Forças de Paz nos mandatos das OAP *United Nations Observer Mission in Georgia* (UNOMIG) (SC, 1993; 1994; 1996; 2006) e *United Nations Mission in Bosnia-Herzegovina* (UNMBH) (SC, 1995; 1997; 1998; 2002). A maioria das OAP implementadas nos anos 90, como já foi exposto anteriormente, apontam uma mudança no padrão das OAP de maneira geral. Como aponta Matijascic (2007: 2), o auxílio e proteção aos Direitos Humanos e esforços de caráter humanitário constituem os elementos que integram as OAP deste período, classificadas pela citada autora como segunda geração. Assim, é natural que a promoção desses DH apareça como tarefa dos capacetes azuis² à medida em que as OAP passam a ter um caráter humanitário e também, como defende Silveira (2004), a violação aos DH é motivo para uma intervenção internacional legítima.

A defesa da democracia enquanto monitoramento de referendos e eleições não constitui novidade entre as OAP. Muitas delas tiveram seus mandatos voltados quase que exclusivamente para este fim, tais como a *United Nations Mission for Referendum in Western Sahara* (MINURSO) (CS, 1991). No entanto, quando se considera outros elementos como o combate à corrupção, ao crime organizado, tráfico de drogas entre outros, como aponta o Plano, a UNMBH (SC, 1998; 2002) aparece como exemplo.

Ainda referente à questão da democracia, o Programa apresenta as instituições nacionais como uma importante ferramenta para a construção da cultura da paz (ONU, 1999). Estas também estão ligadas à proteção dos DH. Expõe-se então, a necessidade da criação, defesa e aprimoramento do aparato jurídico das sociedades. No que tange aos mandatos das OAP analisados, criação ou defesa de mecanismos jurídicos, fortalecimento de sistemas legais

² Designação dada aos soldados integrantes das forças de paz da ONU que atuam em OAP.

aparecem nos mandatos da UNMBH, UNIMIK, e *United Nations Mission in Kosovo* (UNFICYP) (SC, 1974; 1998; 1999; 2002).

A recondução e reintegração de refugiados e desalojados às suas respectivas sociedades, fatores ligados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, disposto no Programa, consta nos mandatos da UNOMIG e UNIFIL. Importante ressaltar que, no caso da UNIFIL (SC, 2006), esta preocupação passou a constar no mandato a partir de 2006, juntamente com outras atribuições como controle de fronteiras, apoio ao governo local, entre outras, quando houve uma exacerbação das hostilidades na região. Por fim, questões ligadas ao desenvolvimento e reestruturação das atividades econômicas, também apontadas como fundamentais para a promoção da cultura da paz, aparecem nos mandatos da UNOMIG e UNMIBH (SC, 1994; 1995), contudo, não mencionam como isso se aplica.

A análise dos mandatos das OAP em busca de identificações com os elementos dispostos no Programa de Ação Para a Cultura da Paz mostrou que essas OAP já continham valores que as aproximavam da promoção da cultura da paz antes, lembrando, que estas se tornassem um marco temporal e jurídico com a aprovação do citado Programa em 1999.

Com exceção da UNIFIL (SC, 2006), não houve alterações significativas nos mandatos das OAP em função da aprovação do Programa de Ação pela Assembleia Geral. Soma-se a isso o fato de que as mudanças foram justificadas não pela aprovação do Programa, mas sim pela necessidade de responder aos agravamentos dos conflitos locais.

Palavras finais

Pelo que se pode perceber, a aprovação da Declaração e Programa de Ação para a Cultura da paz não exerceu influência sobre os mandatos das OAP em curso nesta ocasião (1999) quando estes foram renovados, nos anos seguintes.

Não se pode afirmar, no entanto, que as OAP analisadas desprezam totalmente o conteúdo do Programa. A análise permitiu verificar que muitos dos preceitos da cultura da paz já estavam presentes nos mandatos antes mesmo da aprovação deste Programa de Ação. Vale ressaltar que, a maioria das OAP analisadas iniciou-se na década de 1990 e, como alguns autores já apontavam, este período é marcado por um alargamento das questões de segurança, que passaram a entender que o sentimento de segurança está relacionado não só com emergência de conflitos, mas também com as questões de bem-estar em geral e proteção das liberdades de expressão, credo, econômica, entre outros. Assim, essas OAP buscavam contemplar o que Villa (1999: 100) chama de segurança global multidimensional.

A presença de elementos ligados à cultura da paz nos mandatos antes da publicação do Programa aponta que o próprio Programa é uma construção que levou em conta aspectos já verificados. A aprovação e publicação, que tem como objetivo estruturar ações para construir um ambiente pacífico duradouro, é, por sua vez, produto de uma construção acerca dos entendimentos acerca das necessidades e possibilidades da promoção de uma cultura de paz. É neste ponto que a teoria construtivista é válida e explica a emergência da cultura da paz enquanto construção aceita internacionalmente. Ou, como afirma Adler (1999: 206), o construtivismo mostra que, “mesmo as instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos *ex nihilo* pela consciência humana; e que esses conhecimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis”.

Neste aspecto, a intenção do Programa de ser uma “estrutura estruturante³” a favor de uma cultura da paz exige tempo para ser verificada e construída, já que não há referência ao Programa e conceitos nos mandatos renovados das OAP. Essa ausência de definições ou citações do Programa enquanto dispositivo legal pode estar indicando

3 Estrutura estruturante é um termo formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu na obra ‘O poder Simbólico’ (1991). O sociólogo desenvolve o argumento de que estruturas que servem como molde do pensamento e ações, exemplificadas nas construções simbólicas, são, antes, estruturas estruturadas pela construção social.

que, mais do que um documento, as mudanças estruturais, no que se referem a políticas a serem construídas “na mente dos homens”, necessitam antes serem assimiladas. Ou seja, podem estar a reforçar o ciclo proposto pelos construtivistas. A cultura da paz deve, primeiramente, integrar-se às estruturas sociais para poderem se perpetuar como almejam. Apresenta-se aqui, ao que parece, um paradoxo do conceito de cultura da paz.

As OAP pouco ajudariam, já que são concebidas, como vimos, para responder a situações pontuais que exigem respostas relativamente rápidas, como os conflitos. Ajudam sim na medida em que preparam o terreno para a entrada de outros segmentos com atividades mais voltadas à criação de uma cultura de paz a nível local.

Bibliografia e fontes consultadas

- Adler, Emmanuel (1999) “O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais” *Lua Nova*, 47. 201 – 252.
- Andrade, Luís (2005) “A política internacional e as operações de apoio à paz” *Arquipélogo – História*. 2ª série, IX, 681 – 692.
- Bigatão, Juliana (2007) “As operações de manutenção da paz no pós-guerra fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais”, www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%2013-08-07.pdf [10 de dezembro de 2011]
- Boutros-Ghali, Boutros (1992) “An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and free Peace-keeping. A/47/277-S/24111.
- Fierke, Karin (2010) “Constructivism” in Dunne, Tim *et al.* (eds.) (2010) “International relations theories: discipline and diversity” Oxford: Oxford University Press, 166 – 184.
- Izzo, Roberta C. (2008) “Memórias e Projeções: a cultura da paz nas Nações Unidas – de 1989 a 2001” Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual Paulista, FCHS, Franca, Brasil.
- Lopes, Paula D.; Freire, Maria R. (2009) “Rethinking peace and violence: New Dimensions and new Strategies” in Lopes, Paula; Ryan, Stephen (eds.) *Rethinking peace and security. New dimensions, strategies and actors*. Bilbao: Humanitarian Net, 13 – 30.
- Martin, Ian (2010) “All peace operations are political: a case for designer missions and the next UN reform” in Gowan, Richard (ed.) *Review of political missions 2010*. New York: Center on International Cooperation, 8 – 14.
- Matijascic, Vanessa (2007) “Operações de manutenção da paz da ONU: a primeira experiência no Haiti”, I Simpósio de Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/matijascic.pdf [06 de dezembro de 2011].
- Mesa, Manuela (2001) “Educación para la paz en el nuevo milenio” in Pureza, José Manuel (org.) *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 105 – 126.
- Pureza, José Manuel (2001) “Estudos da paz e a cultura da paz” in Pureza, José Manuel (org.) *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 7 – 28.
- Pureza, José Manuel *et al.* (2007) “As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique”, *Oficina do CES*. Universidade de Coimbra, www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/290.pdf [06 de dezembro de 2011].
- Silveira, Anita K. (2004) “A intervenção humanitária como forma legítima de proteção dos Direitos Humanos” Centro de Direito Internacional, www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume4/arquivos_pdf/sumario/art_v4_XIII.pdf. [07 de dezembro de 2011].
- Tolossa, Natalia (2004) “A Política Europeia de segurança e defesa e a formação da identidade coletiva. O caso do Reino Unido no governo Tony Blair” Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, Brasil.

Villa, Rafael A. D. (1999) “A segurança global multidimensional”. *Lua Nova* N. 46, 99 – 118.

Vinha, Luis Miguel (2009) “John Gerard Ruggie e a institucionalização da paz liberal” Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Universidade de Coimbra, http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n3/documentos/1_Luis_Vinha.pdf [05 de dezembro de 2011]

Fontes documentais

ONU (1999) Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace. A/53/243 <http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html> [29 de outubro de 2011]

UNESCO (1945) Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html [29 de outubro de 2011]

Mandatos das Operações de paz

Minicurso

SC (1991) “Resolution S/Res/690” 29 de abril de 1991 [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/690\(1991\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/690(1991)) [25 de novembro de 2011]

UNDOF

SC (1974) “Resolution S350” 31 de maio de 1974 [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/350\(1974\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/350(1974)) [25 de novembro de 2011]

UNFCYP

SC (1974) “Resolution S186” 27 de fevereiro de 1964 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/211/44/IMG/NR021144.pdf?OpenElement> [25 de novembro de 2011]

UNIKOM

SC (1991) “Resolution S/Res/687” 13 de abril de 1991 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/25/IMG/NR059625.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

UNMBH

SC (1995) “Resolution S/Res/1035” 21 de dezembro de 1994 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/413/60/PDF/N9541360.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1997) “Resolution S/Res/1103” 31 de março de 1997 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/375/23/PDF/N9737523.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1997) “Resolution S/Res/1107” 16 de maio de 1997 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/085/71/PDF/N9708571.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1997) “Resolution S/Res/1144” 19 de dezembro de 1997 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/375/23/PDF/N9737523.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1998) “Resolution S/Res/1184” 16 de julho de 1998 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/207/87/PDF/N9820787.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1998) “Resolution S/Res/1168” 21 de maio de 1998 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/141/10/PDF/N9814110.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (2002) “Resolution S/Res/1423” 12 de julho de 2002 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/477/85/PDF/N0247785.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

UNIFIL

SC (1978) “Resolution S425” 19 de março de 1978 http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/425%281978%29 [25 de novembro de 2011]

SC (2006) “Resolution S/Res/1701” 11 de agosto de 2009 http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701%282006%29 [25 de novembro de 2011]

UNMIK

SC (1999) “Resolution S/Res/1244” 16 de junho de 1999 <http://www.unmikonline.org/civpol/mandate.htm> [25 de novembro de 2011]

UNMOGIP

SC (1948) “Resolution S39” 20 de janeiro de 1948 [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/39\(1948\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/39(1948)) [25 de novembro de 2011]

SC (1948) “Resolution S47” 21 de abril de 1948 [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/47\(1948\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/47(1948)) [25 de novembro de 2011]

UNMOP

SC (1996) “Resolution S/Res/1138” 15 de janeiro de 1996 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/007/68/PDF/N9600768.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (2002) “Resolution S/Res/1437” 15 de dezembro de 2002 <http://daccess-ods.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/633/71/PDF/N0263371.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

UNOMIG

SC (1993) “Resolution S/Res/858” 24 de agosto de 1993 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/466/03/IMG/N9346603.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1993) “Resolution S/Res/881” 4 de novembro de 1993 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/609/28/PDF/N9360928.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1994) “Resolution S/Res/937” 21 de julho de 1994 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/298/25/PDF/N9429825.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (1996) “Resolution S/Res/1077” 22 de outubro de 1996 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/298/25/PDF/N9429825.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

SC (2003) “Resolution S/Res/1494” 30 de julho de 2003 <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/446/49/PDF/N0344649.pdf?OpenElement> [27 de novembro de 2011]

UNTSO

SC (1948) “Resolution S50” 29 de maio de 1948 [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/50\(1948\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/50(1948)) [25 de novembro de 2011]

Resumo

Neste trabalho, analisa-se a ascensão do conceito de cultura da paz como uma construção de um ponto de partida ou guia para a formulação de políticas internacionais acerca da promoção e consolidação da paz internacional, porém com medidas voltadas primeiramente ao âmbito local. O principal objetivo, porém, é verificar se o que se entende por cultura de paz está presente em plataformas de ação da ONU. Para tanto, escolheu-se os mandatos das operações de manutenção da paz que tiveram início antes de 1999, ano da publicação e aprovação do Plano de Ação para a Cultura da Paz, e que tiveram seus mandatos renovados na década seguinte.

Abstract

This paper analyses the emerging culture of peace's concept as a construction of a starting point or guide for international politics on promotion and consolidation of international peace. The main purpose, however, lies in verifying if that what has been perceived by culture of peace is present on platforms of action of United Nations. To this end, was choose the mandates of peacekeeping operations that had started before 1999, year of publication of the Plan of Action on Culture of Peace, and had its mandates renewed in subsequent years.

Palavras-chave: Cultura da Paz; Operações de Paz; Organização das Nações Unidas

Key-words: Culture of Peace; Peace Operations; United Nations

Recebido em 16/03/2012

Aprovado em 04/05/2012